

BIO DIVERSA

Revista eletrônica do ICMBio - Edição 02 | Ano 01 | Junho de 2018

**ARARINHAS-AZUIS GANHAM UNIDADES
DE CONSERVAÇÃO NA BAHIA**

**ICMBIO ANUNCIA CONCESSÕES DE SERVIÇOS
DE APOIO À VISITAÇÃO**

**ENERGIA SOLAR BENEFICIA 2.250 FAMÍLIAS NA
RESEX VERDE PARA SEMPRE**

CEMAVE

Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres



Foto: Flávia Araújo



Foto: Acervo CemaVe



Foto: Acervo CemaVe



Foto: Camille Luggarini



Foto: Kennedy Borges



Foto: Diego Mendes



Foto: Renato Grimm

Foto: Renato Grimm

ARARINHAS-AZUIS GANHAM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA BAHIA

No Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, as ararinhas-azuis ganharam duas unidades de conservação (UCs) federais na Bahia. Com o objetivo principal de proteger a espécie, foram criados o Refúgio de Vida Silvestre (RVS) e a Área de Proteção Ambiental (APA) da Ararinha-Azul. Na mesma data, foi também criada a Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi, localizada na Amazônia. Com isso, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) passa a administrar 335 UCs no país.

“A criação das unidades (APA e RVS) é um marco para a conservação da ararinha-azul, uma das espécies mais ameaçadas de extinção no mundo e que está extinta na natureza. Além disso, aumenta a proteção do bioma Caatinga, que é o menos representado em unidades e um dos mais ameaçados”, ressaltou a presidente substituta do ICMBio, Silvana Canuto.

O Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha-Azul, com uma área de 29.986 hectares, e a Área de Proteção Ambiental da Ararinha-Azul, com 89.996 hectares, estão localizados nos municípios de Juazeiro e Curaçá, na Bahia. A proposta de criação em conjunto, formando um mosaico de unidades de conservação, busca conciliar os objetivos de

conservação de remanescentes de Caatinga com o programa de reintrodução da ararinha-azul na natureza.

REINTRODUÇÃO

Originária da região de Curaçá, a ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*) teve sua população dizimada, sobretudo devido ao tráfico de animais, e hoje é considerada extinta na natureza. Existem, atualmente, apenas 129 exemplares da espécie, todos em cativeiro. Diante desse quadro, o ICMBio publicou em 2012 o Plano de Ação Nacional para a Conservação da Ararinha-azul (PAN Ararinha-azul), cujos objetivos são o aumento da população manejada em cativeiro e a recuperação do habitat de ocorrência histórica da espécie, visando à sua reintrodução na natureza.

Coordenado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave/ICMBio), o PAN Ararinha-azul teve como desdobramento a criação do Projeto Ararinha na Natureza, iniciativa que conta com a parceria da Vale e de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, como o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e a Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil (SAVE Brasil), além de mantenedores da ararinha-azul dentro e fora do país, que trabalham



para viabilizar a reprodução da espécie: a Association for the Conservation of Threatened Parrots (ACTP), na Alemanha; a Al-Wabra Wildlife Preservation, no Catar; a Fundação Lymington e os criadouros Fazenda Cachoeira e Nest, no Brasil.

Para compor a população que será introduzida nas novas UCs do sertão baiano a partir de 2019, cinquenta ararinhas-azuis deverão migrar em breve da Alemanha para o Brasil. O acordo para que isso aconteça foi assinado no dia 24 de junho pelo ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, com organizações conservacionistas da Bélgica (Pairi Daiza Foundation) e da Alemanha (ACTP).

Confira o vídeo sobre as novas UCs da ararinha-azul: <https://bit.ly/2M27Mqs>

RESEX BAIXO RIO BRANCO-JAUAPERI

Com uma área de 581.173 hectares, a Resex Baixo Rio Branco-Juaperi está localizada nos municípios de Rorainópolis e Novo Airão, nos estados de Roraima e Amazonas. A unidade, que beneficiará mais de 200 famílias, apresenta grande biodiversidade e alto grau de conservação. A proposta de criação da reserva teve início em 2001 com o abaixo-assinado dos moradores das comunidades de Xixuaú, Santa Maria Velha, Vila da Cota, Remanso, Itaquera, Floresta e Sumaúma, todas situadas no estado de Roraima. Naquele momento, as sete comunidades eram compostas por 88 famílias e cerca de 380 moradores. Com a criação das três unidades, o Brasil ganha mais 701 mil hectares em áreas protegidas e passa a contar com 335 UCs federais.



ICMBIO ANUNCIA CONCESSÕES DE SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO



O ICMBio anunciou no último dia 18 de junho as sete unidades de conservação (UCs) que terão alguns serviços de apoio à visitação delegados a concessionários. O evento Parques do Brasil: Estratégias de Implementação da Visitação, que aconteceu na sede do Instituto, em Brasília, foi aberto pelo ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, e pelo presidente do ICMBio, Paulo Carneiro. As sete UCs terão editais para concessão de serviços como transporte interno, alimentação, hospedagem, atividades de aventura, venda de produtos com a marca da unidade, estacionamento, entre outros.

Os editais dos parques nacionais do Pau Brasil (BA) e da Chapada dos

Veadeiros (GO) já estão prontos e devem ser lançados nas próximas semanas. Já os parques nacionais dos Lençóis Maranhenses (MA), do Itatiaia (RJ), do Caparaó (MG), de Jericoacoara (CE) e da Serra da Bodoquena (MS) promoverão consultas públicas sobre as concessões de serviços de uso público nos próximos 15 dias, a fim de subsidiar a construção dos seus editais.

Durante o evento, o ministro defendeu o aumento do número de visitantes nos parques federais, que hoje é superior a 10 milhões por ano, além do desenvolvimento econômico das comunidades do entorno, com parques mais estruturados para receber o turista. “O nosso patrimônio natural é valio-

so, por isso precisamos trazer oportunidades de visitação e de trabalho e renda às comunidades”, ressaltou.

ALAVANCAR O TURISMO

O presidente do ICMBio, Paulo Carneiro, disse que a intenção é alavancar o turismo nas unidades de conservação. Segundo ele, o visitante elogia a unidade, mas reclama de falta de estrutura. Nesse sentido, o ICMBio vem há dois anos modelando a proposta de concessões de serviços. Segundo Carneiro, os parques nacionais da Serra dos Órgãos, da Tijuca, de Fernando de Noronha e do Iguaçu já contam com serviços sob concessão e estão entre os mais visitados.

Larissa Diehl, da Coordenação de Concessões e Negócios do ICMBio, explicou que as concessionárias terão bonificação por contratação de mão de obra das comunidades do entorno e por compra de produtos locais. “As UCs são indutoras de geração de renda nas pequenas cidades. Nosso objetivo é a melhoria da qualidade de vida tanto para o turista, que contará com estrutura para visitar a unidade, como para comunidade local”, concluiu Diehl.

LEGISLAÇÃO

A iniciativa para o processo de concessões foi possível em função da aprovação da Lei nº 13.668/2018, que aprimorou a legislação para a concessão de serviços de apoio ao uso público nas unidades de conservação. Além de melhorar os serviços prestados aos visitantes e gerar direta e indiretamente emprego e renda local, os estudos econômicos conduzidos pelo ICMBio estimam que durante o período de concessão serão realizados investimentos diretos da ordem de R\$ 81,1 milhões nas sete unidades de conservação selecionadas, com geração de receita aproximada de R\$ 930 milhões e incremento na arrecadação de estados e municípios envolvidos de aproximadamente R\$ 190 milhões.

Acesse a publicação Parques do Brasil: Estratégias de Implementação da Visitação e saiba mais sobre concessões de serviços de apoio à visitação: <https://bit.ly/215PktR>



Foto: Bruno Blimbato

ENERGIA SOLAR BENEFICIA 2.250 FAMÍLIAS NA RESEX VERDE PARA SEMPRE



Foto: Acervo ICMBio

2.250 famílias da Reserva Extrativista (Resex) Verde para Sempre, no Pará, têm agora acesso à energia solar. Após quase 10 anos de espera, a unidade de conservação (UC) recebeu unidades do sistema fotovoltaico do Programa Luz para Todos, do Governo Federal.

Anteriormente, os moradores da reserva não tinham acesso à energia ou utilizavam a geração a diesel. Com a instalação do sistema fotovoltaico, 2.151 residências, 64 igrejas, 35 salões comunitários, 80 escolas e 4 postos de saúde foram favorecidos. A instalação dos sistemas, feita pela Órgão Energia, começou em outubro de 2017 e é a maior do país em escala, potência instalada e quantidade de pessoas beneficiadas.

“Essa foi uma luta que vinha sendo travada junto ao Ministério de Minas e Energia desde 2009, quando tiveram início

as discussões para passar uma linha de transmissão de energia no interior da unidade. Depois de diversos questionamentos e reuniões, optou-se pela energia solar, pois não era viável passar uma linha de transmissão na Resex devido ao isolamento das comunidades. Os custos aumentariam e os impactos ambientais seriam maiores”, conta Humberto Figueira Barbosa, chefe-substituto da UC.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Conselho Deliberativo teve um papel decisivo em todo o processo. Entre outros aspectos, seus membros discutiram e questionaram a quantidade de famílias que seriam contempladas, o sistema que seria utilizado e se ele atenderia a demanda. “O conselho é uma instância imprescindível na gestão da UC e não cansou de cobrar que esse sonho fosse realizado”,

afirmou Humberto, que também destacou a participação do gestor anterior da unidade, Agostinho Filho Tenório, e da Coordenação de Políticas e Comunidades Tradicionais (COPCT/ICMBio).

BENEFÍCIOS

Com a instalação, não apenas as atividades domésticas, mas também a produção dos extrativistas será beneficiada. O peixe comercializado não precisa mais ser salgado para se manter conservado, o que trará também melhorias para a saúde da população. Já o açaí, que é vendido na cidade, dura mais tempo ao ser conservado no freezer.

Outro benefício alcançado com o acesso à energia é que o trabalhador não precisa mais ir todos os dias em campo buscar alimento. “Eles podem guardar na geladeira seus alimentos, e o tempo que sobra é dedicado à educação dos filhos, melhorias na roça e descanso”, destaca Humberto.

Também houve economia de recursos na compra de gelo e de combustíveis e, além disso, os impactos diretos e indiretos na venda de diesel e gasolina está em torno de 12.500 litros semanais. “Ou seja, o ribeirão está economizando mais, se alimentando melhor e o meio ambiente está mais equilibrado”, concluiu o chefe-substituto.



Foto: Acervo ICMBio



Foto: Leonardo Milano

ICMBIO SE PREPARA PARA A TEMPORADA DE FOGO

Com o período de seca chegando, a ocorrência de incêndios tende a aumentar. Porém, antes de entrar em campo para o combate, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) se prepara com ações preventivas nas unidades de conservação (UCs). A principal delas é a implementação do Manejo Integrado do Fogo (MIF), conjunto de técnicas que visa mudar o uso e a concepção do fogo, tratando-o como um aliado e não somente como um vilão. Em 2018, houve um aumento das unidades que passaram a adotar as estratégias do MIF. Em 2017 eram 20, este ano serão 25.

As queimas prescritas, por exemplo, são técnicas abarcadas pelo MIF. Elas têm o objetivo de diminuir a quantidade de combustível (material orgânico que pode alimentar os incêndios), formando mosai-

cos no território e evitando que grandes porções de vegetação sejam consumidas de uma vez só em grandes eventos. Essas informações são sistematizadas pela Divisão de Monitoramento e Informações (DMIF), da Coordenação Geral de Proteção (CGPRO/ICMBio), que produz mapas de acúmulo de combustível. “O mapa permite que se faça a gestão de combustível, detectando onde estão e quais são as áreas sensíveis”, explica o coordenador de Prevenção e Combate a Incêndios, Christian Berlinck.

Ainda segundo o coordenador, o Manejo Integrado do Fogo também dialoga com outros processos nas unidades, como gestão socioambiental, uso público e até pesquisa e monitoramento. “O MIF permite uma redução dos conflitos, pois busca equilibrar necessidades econômicas, culturais e ambientais”, afirma Berlinck.



Foto: Fernando Tatagiba

CAPACITAÇÃO

Outra medida adotada foi a capacitação dos gerentes e especialistas do fogo nas UCs. Este ano, foi realizado um curso de formação em Sistema de Comandos de Incidentes (SCI), uma maneira de orientar a ação em eventos emergenciais e na organização cotidiana. A capacitação foi feita em conjunto com o Ibama e o Serviço Florestal dos Estados Unidos e contou com a participação de servidores do ICMBio, Ibama e Corpo de Bombeiros.

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

No final do mês de maio foi sancionada a Lei 13.668, que define novas regras de compensação ambiental e permite aumentar o prazo para a contratação de brigadistas. Com isso, o ICMBio pôde aumentar o tempo e o escopo das atividades dos brigadistas (a possibilidade de contratação passou de seis meses para dois anos, prorrogável por mais um ano).

CHAPADA DIAMANTINA: AÇÕES INTEGRADAS

O Parque Nacional da Chapada Diamantina registrou, no último ano (fevereiro de 2017 a março de 2018), o menor índice de incêndios dos últimos 16 anos e, provavelmente, da sua história. A área total atingida foi de 113 hectares, o que equivale a apenas 0,07% do seu território. O resultado é considerado um avanço, visto que os incêndios florestais são conside-

rados o maior problema da UC. Em 2017, foram registrados 19 focos, número muito pequeno comparado à média histórica.

A realização de ações integradas possibilitou a queda efetiva das queimadas, mesmo com a diminuição das chuvas decorrente das mudanças climáticas. O resultado é fruto da política adotada pelo parque ao longo das últimas décadas, marcada pela retirada do gado da serra em 2002 e que começa a se consolidar. A ampliação da equipe de analistas ambientais que atuam na unidade, em 2016, foi outro fator que contribuiu consideravelmente para o processo. Nesse momento, a UC passou a ter um gerente do fogo, ou seja, um profissional, perito em incêndios florestais, com dedicação quase exclusiva ao tema.

A partir disso, foi possível realizar uma série de investimentos em áreas estratégicas, como a implementação de um sistema de comunicação, a realização de cursos para qualificação profissional e a aquisição e manutenção de equipamentos. A gestão passou, então, a atuar de forma equilibrada em três pilares fundamentais: monitoramento, combate e investigação. Esse conjunto de ações foi percebido claramente “no tempo de resposta aos incêndios”, afirma o gerente do fogo, Luiz Coslope. “Nossa brigada passou a ser acionada imediatamente após os focos serem detectados, impedindo que se alastrassem”, finaliza Coslope.



Foto: Fernando Tatagiba

ENTREVISTA COM CAREN DALMOLIN, COORDENADORA DE PLANOS DE AÇÃO PARA ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO

Como se dá o processo de avaliação das espécies, desde a análise de risco de extinção até a implementação dos Planos de Ação Nacional (PANs)?

Os Planos de Ação têm como base a Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção – que utiliza os critérios da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) – e o ICMBio é o órgão responsável pelos PANs voltados para as espécies ameaçadas da fauna brasileira, enquanto o Jardim Botânico do Rio de Janeiro cuida das espécies da flora. Para chegar nessa lista, é realizado o ciclo de avaliação das espécies. No último ciclo, encerrado em 2014, foram avaliadas mais de 12 mil espécies e 1.173 foram consideradas ameaçadas de extinção. Esse processo de diagnóstico da fauna, realizado por diversos especialistas do ICMBio, das universidades e de instituições parceiras, gera os subsídios necessários para a elaboração dos PANs.

O que são os Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico? Qual a importância desses planos?

Os Planos de Ação Nacional são estratégias de gestão em que são definidas e priorizadas ações importantes para a conservação de determinadas espécies ou ambientes naturais dentro de um período delimitado. Os

PANs são instrumentos construídos de forma participativa, a partir de múltiplas parcerias, e são considerados documentos oficiais (publicados em portarias do ICMBio). O objetivo final é melhorar o estado de conservação das espécies ou ambientes contemplados.

Atualmente, quantos PANs estão em vigor?

Hoje nós temos 45 PANs em vigor, abrangendo 646 espécies da fauna, distribuídas em todos os biomas brasileiros. Em 2006, quando foram feitos os primeiros Planos de Ação, apenas 2% das espécies estavam contempladas. Atualmente, já atingimos o percentual de 55%.

De que forma acontece o processo de implementação e revisão dos PANs?

Os PANs têm um ciclo de vigência de cinco anos e são monitorados anualmente. No processo de monitoramento, nós avaliamos as ações implementadas, se elas estão sendo executadas conforme o previsto, quais os problemas enfrentados, etc. Na metade do ciclo (dois anos e meio), é realizada a avaliação de meio-termo, em que analisamos qualitativamente e de forma mais aprofundada os diversos aspectos relacionados ao PAN. Quando chegamos ao final dos cinco anos, nós averiguamos os principais avanços e obstáculos na implementação para, a partir daí, definir se



o plano precisa ser renovado, se partiremos para outra estratégia de conservação ou se o instrumento será encerrado.

Você poderia destacar alguns resultados positivos alcançados graças aos Planos de Ação Nacional?

Com relação aos avanços no estado de conservação, podemos destacar a baleia-jubarte, que saiu da Lista de Espécies Ameaçadas em 2014. Além do resultado final de melhoria das espécies, outro aspecto que precisa ser enfatizado é a rede de parceiros que está sendo construída: mais de 2 mil pessoas, de mais de 400 instituições, já participaram dos nossos Planos de Ação. Os parceiros se apropriam da ferramenta, levam a metodologia do PAN para outros espaços e vendem essa ideia, expandindo o Plano de Ação para além do ICMBio. Esse é um ponto muito importante, porque é com essa rede de parcerias que nós conseguimos implementar o PAN.

Como o PAN Ararinha-Azul contribuiu para a recente criação de duas unidades de conservação (UCs) que têm como objetivo proteger a espécie e garantir sua reintrodução na natureza?

A ararinha, considerada extinta na natureza, é uma espécie muito simbólica. O PAN Ararinha-Azul foi um dos primeiros PANs do ICMBio, tendo dois objetivos principais: aumentar a população dessa espécie em cativeiro e recuperar seu habitat para possibilitar uma futura reintrodução. O PAN foi muito relevante, pois conseguiu alavancar esses objetivos e impulsionar o Projeto Ararinha na Natureza, que, com os diversos parceiros, tem

conseguido aumentar o número de indivíduos em cativeiro e solucionar a questão do habitat. A criação das duas UCs na Bahia é parte desse segundo objetivo, tornando possível a reintrodução da espécie, prevista para ocorrer até 2022.



#BOMBOU NAS REDES SOCIAIS

Siga o ICMBio nas redes sociais!

 youtube.com/canalicmbio

 @icmbio



ICMBio em Ação

COPA DOS BICHOS

Participando de jogos lúdicos e ganhando uma Unidade Conservada (UC) de cada estado brasileiro.

Animais participantes: ONÇA-PINTADA, GATO-DO-MATO-GRANDE, BOTO-COR-DE-ROSA, MACAO-LÉO-DOURADO, ATARINHA-AZUL, TUCANO, ANÁCARO.



ICMBio Publicado por ICMBio Mma (?)
Curtir esta página · 7 de junho

O ICMBio embarca no clima da Copa do Mundo e traz um torneio imperdível para a torcida Brasil que é apaixonada pelo meio ambiente. Neste mês, você vai torcer pelo seu bioma favorito em partidas emocionantes.

Acompanhe o sorteio dos grupos dia 08 de junho às 11h nas nossas Histórias (Facebook e Instagram).

44 compartilhamentos · 7 comentários

Comentários:

- Bento Carlos De Arruda Nt Jogos lúdicos, super didáticos!
- André Toozeek Então o "Bioma Favorito" vai ganhar uma UC?
- Paula Kalaf Cossi Pra essa, eu torço!

 @icmbio



icmbio · Seguir

A temporada de montanhismo, que vai de maio a setembro, é perfeita para a exploração de montanhas, trilhas ecológicas e prática de esportes radicais devido a estabilidade climática. Aproveite para visitar os parques de montanha do Brasil.

#TemporadaMontanhismo
#ParquesNacionais #Trilha #Natureza
#MeioAmbiente #Biodiversidade
#Conservação #ConhecerparaPreservar
#Ecoturismo

Foto: Gustavo Bueno de Freitas no Parque Nacional do Caparaó

girassolorganicos @rodrigovilares
tatianakementari @crismendoncas olha o Pico da Bandeira aii!
mathesur FALA LEONIDAS @leomf
dianalemos20 Muito lindo

2.145 curtidas
HÁ 5 DIAS

Entrar para curtir ou comentar.

 @icmbio



ICMBio @ICMBio · 11 de jun

Em 2017 apenas 0,07% da área do Parque Nacional da Chapada Diamantina (BA) foi atingida pelo fogo. O resultado considerado inédito, é decorrente de ações empregadas nas áreas de monitoramento, combate e investigação. Saiba mais: bit.ly/2MI0U7t



1 comentário · 11 retweets · 33 curtidas

Media Social

BIODIVERSA

Revista eletrônica do ICMBio

EDIÇÃO E REVISÃO

Nana Brasil

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Tatiana Raposo

CHEFE DA DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Márcia Muchagata

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DCOM

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1o andar

CEP: 70670-350 - Brasília/ DF Fone +55 (61) 2028-9280

ascomchicomendes@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



PARA RECEBER

esta revista mensalmente
envie nome completo e e-mail para
comunicacao@icmbio.gov.br

PARA DEIXAR DE RECEBER

esta revista
envie a solicitação para
comunicacao@icmbio.gov.br



**MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE**

